

AUTORIDADE PEDAGÓGICA E CONFLITOS DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES

Milene Rejane Pereira¹

Sonally Albino Bezerra²

Gilson Ricardo de Medeiros Pereira³

RESUMO

O objetivo do presente ensaio é tecer considerações sobre as relações entre os conflitos de violência e a autoridade propriamente pedagógica do professor na escola. Considerando a dimensão semanticamente plural da noção comum de violência, bem como as ambiguidades da noção de autoridade, considerando, igualmente, a frequência com que os conflitos envolvendo a violência mais explícita ocorrem na escola, faz-se necessário repor os conceitos de violência e de autoridade, bem como as relações entre eles no ambiente escolar. Parte-se da proposição geral segundo a qual a violência tem incidência negativa imediata no processo de ensino aprendizagem, com a conseqüente implicação no rendimento do trabalho pedagógico e no desenvolvimento intelectual e cívico dos alunos. A aposta que aqui se faz é que a compreensão adequada do que seja a violência, bem como a reposição necessária da noção de autoridade docente na escola, permite que se encontrem os adequados procedimentos corretivos dos problemas vivenciados pelas escolas no cotidiano.

Palavras-Chave: AUTORIDADE PEDAGÓGICA; VIOLÊNCIA, CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL.

INTRODUÇÃO

O objetivo das notas a seguir é tecer considerações sobre as relações entre os conflitos de violência e a autoridade propriamente pedagógica do professor na escola. Considerando a dimensão semanticamente plural da noção comum de violência, bem como as ambiguidades da noção de autoridade, considerando, igualmente, a frequência com que os conflitos envolvendo a violência mais explícita ocorrem na escola, faz-se

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN; bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia. milene_rejane@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN; bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia. sonally_MP@hotmail.com

³ Professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN. gilsonr.mp@gmail.com

necessário repor os conceitos de violência e de autoridade, bem como as relações entre eles no ambiente escolar.

Certamente, a aposta que aqui se faz é que a compreensão adequada do que seja a violência, bem como a compreensão igualmente adequada da autoridade docente na escola, permite que se encontrem os adequados procedimentos corretivos dos problemas vivenciados pelas escolas no cotidiano, especificamente no que tange a violência. Isso é tão mais importante de se considerar quanto mais se observa que a violência mais brutal se manifesta nas escolas públicas das periferias das grandes cidades, justamente aquelas instituições que deveriam cumprir mais racional e eficazmente os objetivos de formar cidadãos atuantes e preparados para o convívio social democrático. Deixar sem solução o problema da violência nas escolas públicas, sobretudo as de periferia, consideradas as mais problemáticas, é um modo de dificultar ou até impedir que a escola cumpra a sua função civilizadora e, assim, contribuir para a reprodução e perpetuação das desigualdades sociais. Isso se faz tanto nas diversas formas de exclusão social quanto na mitigação da cidadania.

Adota-se a proposição segundo a qual a violência no ambiente escolar prejudica a apreensão, por parte dos alunos, dos conteúdos simbólicos transmitidos pela escola, e, por conseguinte, prejudica a função social da escola. Isso quer dizer que a violência interfere negativamente na parte que cabe à escola de construção da cidadania. A cidadania, como se sabe, permite o acesso dos agentes a esses quatro âmbitos essenciais da vida social: o cultural (incluindo a cultura legítima), o político, o jurídico (incluindo o ético-moral) e o propriamente econômico (com o acesso aos bens materiais e serviços disponíveis no mercado, inclusive os de informação). Nesse sentido, a cidadania é o oposto imediato da exclusão social.

Conhecer as formas pelas quais a escola se relaciona com a exclusão social é permitir a criação dos mecanismos modificadores capazes de possibilitar aos agentes sociais, sobretudo os mais desapossados, a apropriação dos dois sistemas básicos de representação da realidade, a língua materna e a matemática elementar; a participação política, incluindo aí o direito de votar e ser votado; a participação na vida econômica e o conhecimento dos direitos e deveres constitucionais (cf. MACHADO, 1997).

BREVE PANORAMA DA VIOLÊNCIA

“Favorecer um ambiente de aprendizagem harmonioso, seguro e aberto ao diálogo para nossos alunos, eis o papel da escola”. Esta é uma típica mensagem de boas vindas de muitas escolas brasileiras, que revela intencionalidades, valores, regras e sentimento de respeito pelos que nela se sentem envolvidos. Contudo, nos diversos espaços da escola, têm sido cada vez mais comuns situações de violência, desde os mais simples apelidos, quando estes se tornam pejorativos, até a violência física pura e simples, passando pelas formas mais sutis, a exemplo da imposição de regras institucionais. Entendida pela recente literatura como qualquer ato que cause dor e constrangimento, a violência na escola tem ganhado destaque nos discursos de educadores e especialistas que convivem direta ou indiretamente com esses problemas.

Os impactos das violências se materializam em dificuldades com relação ao processo ensino/aprendizagem, que fica atingido negativamente e conseqüentemente aprofunda a evasão e a exclusão, o que acarreta para a escola e seus atores uma visibilidade de incompetência. (STELAMARES, 2010, p. 09)

No caso dos professores, verificam-se inúmeras dificuldades de relacionamento entre estes e seus alunos. Essas dificuldades, quando não adequadamente geridas, acarretam a redução da autoridade docente frente aos casos mais comuns de violência. As situações envolvendo gestores também não são diferentes. A partir dos meios de comunicação de massa, os casos de violência na escola ganham diversas formas e caracterizações, a exemplo dos seguintes excertos de notícias publicadas em jornais de grande circulação, reveladores de situações que oscilam entre a violência brutal (esfaqueamento, agressão física) e a transgressão dos padrões de conduta socialmente aceitos (sexo na escola):

20/03/2012

Aluno agride professor depois de ser repreendido em Bauru, SP

O adolescente deu socos e chutes na vítima. Quatro alunos também foram parar na delegacia por ameaçar colegas.

Duas ocorrências envolvendo alunos em escolas estaduais foram registradas nesta segunda-feira (19) na região Sudeste de **Bauru**, no interior de São Paulo. Na primeira, na Escola Franciso Alves Brisola, um aluno de dezessete anos agrediu um professor após ser repreendido por estar fora da sala de aula. O adolescente deu socos e chutes na vítima. O

jovem precisou ser contido por outras duas professoras que estavam no local. Ainda durante a confusão, ele chutou uma porta e quebrou uma cadeira. Mais tarde, na Escola Estadual Luis Zuiani, quatro alunos entre 13 e 14 anos foram parar na delegacia após serem surpreendidos por duas inspetoras ameaçando colegas com uma pistola de brinquedo. Os estudantes foram ouvidos e liberados no DP, na presença dos pais, e o simulacro de arma foi apreendido.

<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/03/aluno-agride-professora-depois-de-ser-repreendido-em-bauru-sp.html>

21/03/2012

Pai de alunos agride diretora em porta de escola de Marília, SP

Homem teria reclamado do regimento da escola para quem chega atrasado. De acordo com a diretoria, esses alunos devem entrar somente na 2ª aula.

A diretora da escola estadual de **Marília**, SP, foi agredida na tarde desta quarta-feira (21) quando chegava ao trabalho na escola estadual Valdemar Muniz. De acordo com informações da polícia, o pai de três alunos da escola se alterou por não concordar com o regimento da escola, que não permite que estudantes atrasados entrem na primeira aula.

<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/03/pai-de-alunos-agride-professora-em-porta-de-escola-de-marilia-sp.html>

22/03/2012

Mãe esfaqueia duas estudantes na sala de diretora em Gália, SP

Delegado disse que discussão seria porque duas jovens são homossexuais. Envolvidos prestaram depoimento e devem sofrer penas alternativas.

Alan SchneiderDo G1 Bauru e Marília

A mãe de uma aluna aplicou golpes de faca em duas estudantes na tarde desta quinta-feira (22), dentro da sala da diretoria em uma escola estadual, em Gália (SP). De acordo com a Polícia Civil, as três estudantes, uma maior de idade, discutiram e uma delas foi agredida. A direção pediu a presença da mãe da jovem que teria iniciado a confusão. Neste instante, as outras duas teriam invadido a sala da direção. Uma nova discussão foi iniciada e, a mãe, que portava uma faca, pegou o objeto e acertou as duas estudantes no braço.

<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/03/mae-esfaqueia-duas-alunas-dentro-da-sala-da-diretoria-em-galia-sp.html>

05/04/2012

Polícia vai investigar vídeo de sexo com menor em Bauru, SP

Imagens teriam sido feitas na quadra de uma escola do Núcleo Gasparini. Secretaria Estadual de Educação não confirma, mas suspende menina.

Do G1 Bauru e Marília

Uma estudante de 13 anos foi filmada pelo celular fazendo sexo oral em **Bauru** (SP). O vídeo teria sido feito na quadra de uma escola estadual, no Núcleo Gasparini, e foi parar nos aparelhos da maioria dos estudantes. O rapaz tem o rosto preservado por quem está filmando.

<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/04/policia-vai-investigar-video-de-sexo-com-menor-em-escola-de-bauru-sp.html>

Desse modo, são situações como estas apresentadas que vão adquirindo forma cada vez mais complexa, exigindo, sobremaneira, análises aprofundadas acerca do entendimento dessas agressões, quer seja pelo professor, quer pelo gestor, inclusive alunos e funcionários.

Para Aquino (1999) e Araújo (1999), a autoridade do professor depende diretamente da imagem criada pelos demais agentes da escola, caracterizada pelos sentimentos de respeito ou medo. Num estudo mais apurado, Piaget (1994), com base na Psicologia da Regra de Pierre Bovet, observa que o indivíduo passa a obedecer a determinada regra quando este considera respeitável quem a elaborou. “É preciso que um indivíduo receba instruções de outro indivíduo. É preciso que o indivíduo, recebendo a instrução, a aceite, isto é, respeite aquele que a comunicou” (p. 90). No mais, o conceito de autoridade carrega essencialmente uma conotação pejorativa no discurso comum e adquire uma forma unilateral (ARAÚJO, 1999), ou melhor, tem sido compreendida como *severa, sarcástica, punitiva*. As dificuldades de relacionamento interpessoais existentes nas escolas decorrem, muitas vezes, de situações delicadas envolvendo regras opressoras de obediência às condutas, às regras institucionais que visam à organização do ambiente e do trabalho pedagógico.

A IDEIA DE AUTORIDADE: ALGUMAS SITUAÇÕES

Revisitando a literatura, percebe-se que, mais precisamente no século XX, a escola pública se expandiu, surgindo novas situações de conflitos cujas consequências interferiram diretamente nas relações interpessoais (cf. CANÁRIO, 2008). Na escola entra, nesta realidade, um novo perfil de aluno, o das camadas populares. De fato, dos anos da década de 1950 até a década de 1990, o sistema de ensino, em praticamente todo o mundo, com pequenas variações locais, passou por uma mudança morfológica

que consiste, muito resumidamente, no seguinte: da anterior estabilidade restritiva do sistema, baseada na eliminação precoce de todos os agentes classificados pela escola como “culturalmente desfavorecidos”, o sistema reestruturou-se e assumiu as formas da assim chamada “democratização”, fundada no acesso à escola de agentes de categorias antes excluídas, porém paradoxalmente baseada na manutenção relativa das posições anteriores. Isto é, se antes a escola eliminava pura e simplesmente no início da escolarização, no “primário”, após as modificações estruturais mencionadas, e que são em parte decorrentes da difusão escolar da crença no valor dos títulos e conhecimentos escolares, a eliminação, por assim dizer, “desaparece”, é diluída no tempo e postergada para os níveis superiores da escolaridade (cf. BOURDIEU, 1997, p. 481-86).

Professores e alunos, neste cenário, convivem diariamente com regras institucionais nem sempre democráticas. Em meio a situações corriqueiras, o professor tende a criar, em parte, uma imagem autoritária para suprir as necessidades disciplinares da escola, gerando, assim, controvérsias nas posturas e nos discursos dos alunos. Nessa troca de imagens, surgem as afrontas, a quebra de regras e as imposições que ultrapassam o processo de ensino-aprendizagem.

Quando consideramos o papel fundamental que a autoridade, materializada na figura do educador, exerce no processo de desenvolvimento das crianças e jovens, a contradição existente entre os objetivos almejados por esta autoridade e suas atitudes, podem gerar um círculo educacional vicioso difícil de ser rompido. Em situações como esta, pode-se dizer que não haverá uma legitimação voluntária da autoridade por parte dos educandos e conseqüentemente não haverá também a aceitação e a valorização necessária da mesma e das regras que advém dela (AQUINO, 1997, p. 17)

Em outras palavras não há respeito nas relações estabelecidas entre os agentes da escola em meio à desvalorização, à subestimação e intolerância que regem as normas institucionais. A autoridade pedagógica, em especial, a autoridade do professor, construída no processo educativo, perpassa tanto pela formação quanto pelo acúmulo de experiências na jornada profissional, assim como na interação com os demais profissionais e com os alunos.

Nos estudos de Araújo (1999), o sentimento de respeito da criança pelos mais velhos é, na verdade, a união de duas dialéticas: o amor e o temor. A criança obedece a

seus pais por temer perder o amor deles. Por outro lado, ainda, há sentido duplo no termo autoridade e que, por isso, acaba sendo confundido com autoritarismo.

Podemos entender que a autoridade se constitui de duas maneiras distintas: por uma investidura propiciada pela hierarquização nas relações sociais, como é o caso dos agentes, delegados e magistrados do poder público, e- por que não dizer também dos professores e professoras; por uma investidura propiciada pelo prestígio e pela competência (ARAÚJO, 1999, p. 41).

Seria, então, o que o autor chama de autoridade autoritária e autoridade por competência. Por um lado, se encontra uma problemática evidente nas escolas: a autoridade do professor quando é exercida de maneira opressora e sarcástica tende a desconsiderar as dificuldades dos alunos, como, por exemplo, as de ordem social: desemprego e fome; rendimento escolar, evasão, reprovação e outros. Diante desse panorama, os alunos não encontram motivações para continuar na escola cumprindo regras e normas; comprometendo, sobremaneira, o rendimento do trabalho pedagógico. Por isso, a desobediência e a falta de respeito seriam inevitáveis. Piaget (1994), sobre o respeito pelas regras, afirma o seguinte:

Bovet opõe-se a doutrina kantiana, considerando o respeito como um sentimento que se dirige a pessoas e não a regra como tal: não é o caráter obrigatório da regra prescrita pelo indivíduo, é o respeito que temos por esse indivíduo que nos faz considerar como obrigatória a regra fixada por ele. No que se refere a criança, o aparecimento do sentimento do dever se explica, portanto, da maneira mais simples, pelo fato de que os mais velhos (no jogo) ou os adultos (na vida) impõem instruções e a criança respeita os mais velhos e os pais (p. 90).

O sujeito não obedece a outrem somente pelo respeito, puramente. Mas atribui um valor moral a isso. Busca, antes de tudo, confiar nessa autoridade, a fim de estabelecer laços afetivos com intuito de favorecer um ambiente propício a prática educativa mais centrada na troca de conhecimentos.

Isso sugere que a autoridade pedagógica parece constituir um elemento indispensável ao processo educativo escolar, pois sem ela a ação pedagógica ficaria comprometida, pois a autoridade pedagógica é, antes de tudo, um tipo de autoridade moral aceita e confiável. Sem isso não há ação pedagógica prolongada (cf.

BOURDIEU; PASSERON, 1992). A autoridade pedagógica, condição de toda ação pedagógica, é, portanto, um tipo de autoridade baseada no reconhecimento tácito da legitimidade da situação de comunicação, composta por emissores legítimos (professores), receptores legítimos (alunos) e instâncias legítimas (escola). Quando a violência externa a essa lógica irrompe, resultante o mais das vezes da quebra da aceitação e da confiança, todo o processo, por vias propriamente escolares, de transmissão de conteúdos (conhecimentos específicos, valores e normas) perde eficácia social. A consequência é a reprovação, o abandono ou, mesmo, a permanência não significativa do aluno, logo, forçada e sem aprendizagem, na escola.

CONFLITOS ESCOLARES: ENTRE CONCEITOS E SITUAÇÕES COTIDIANAS

Em seu sentido mais amplo, violência configura toda ação que envolve duas ou mais pessoas em situações que causam dor e constrangimento pelo uso da força física ou psicológica. Têm sido caracterizados como violência, atos de incivilidade, desrespeito, depredações, uso de drogas, descumprimento de leis, regras e normas. Sposito (1994) e Derbabeux (2002) proporcionam algumas possibilidades de entender o fenômeno para além da análise dos meios midiáticos, que muitas vezes registram estes casos como “normais”, “típicos daquela escola”, naturalização do social incompatível com a análise objetiva. Desse modo, nas interpretações de Sposito (1994), a violência está associada a um conjunto de fatores que estimulam estas práticas. “As ações violentas ocorrem na escola nos minutos de ociosidade entre uma disciplina e outra ou nas aulas vagas - “janelas” - devido à ausência de professores” (SPOSITO, 1994, p. 9-10).

Ademais, outros acontecimentos envolvendo conflitos menos interessantes, na visão dos profissionais da escola, a exemplo de apelidos, obediência aos professores, uso de fardamentos, cumprimento dos horários e outros, estão sendo alvo de pesquisas que pretendem comprovar que qualquer ato que atinja a integridade do indivíduo e que este se sinta ofendido, já pode ser considerado como de violência. Estão nas práticas mais simples do dia a dia, nos modos pelos quais se estabelece a relação professor aluno; nas regras institucionais e na violência simbólica (cf. BOURDIEU; PASSERON, 1992).

A violência simbólica na escola, por sua vez, é a forma mais sutil e imperceptível de violência, pois inserida no ato mesmo de conhecer, pois, conforme Bourdieu; Passeron, 1975, a violência simbólica consiste na imposição arbitrária de um arbitrário pedagógico, e essa violência – estrutural ao ensino – ocorre mesmo que a ação pedagógica seja acompanhada dos procedimentos mais suaves e “doces”. Assim, quando, no plano da análise, se aborda a violência na escola, seria preciso distinguir a violência anômica, não consentânea ao ensino – a baderna, o desrespeito, a agressão verbal e física etc. – da violência simbólica ineliminavelmente inserida na transmissão de conteúdos culturais pela escola. Neste último caso, e ainda seguindo as análises sociológicas de Bourdieu e Passeron, o poder de violência simbólica do professor consiste no poder de impor significações legítimas. Essa imposição é legítima porque caucionada pela legitimidade da escola.

Por outro lado, há que se observar as relações complexas existentes entre violência e contexto social. Não parece muito promissora a hipótese que associa os casos de violência às situações precárias em que estão imersas o público escolar. Parece que as origens da violência nas escolas não pode ser creditada exclusivamente à carência material dos seus usuários. Tem-se atentado para acontecimentos que antes eram inquestionáveis, mas que de algum modo proporcionavam situações conflituosas.

Atos anteriormente classificados como produtos usuais de transgressões de alunos às regras disciplinares, até então tolerados por educadores como inerentes ao seu desenvolvimento, podem hoje ser sumariamente identificados como violentos. Ao contrário, condutas violentas, envolvendo agressões físicas, podem ser consideradas pelos atores envolvidos episódios rotineiros ou meras transgressões às normas do convívio escolar. Por essas razões, um dos aspectos ainda a serem investigados diz respeito ao modo como, no âmbito da instituição escolar, são construídas as definições que designam e normalizam condutas - violentas ou indisciplinadas - por parte dos atores envolvidos: professores, alunos, funcionários, pais, entre outros (SPOSITO, 1994, p. 03).

Muitas atitudes de comportamentos considerados anti-sociais como o racismo, a intolerância são julgados situações comuns que ocorrem em qualquer espaço educativo que envolva pessoas, principalmente na fase escolar.

Embora alguns autores não considerem as incivildades uma modalidade de violência, sendo associadas à agressividade ou a padrões de comportamento contrários às normas de convivência e respeito para com o outro, existe um consenso sobre a necessidade de se prestar atenção à ocorrência de atos de incivildades no ambiente escolar, pois elas podem tornar o ambiente hostil (ABRAMOVAY; RUA, 2002 p.20).

Os conflitos de violência na escola denunciam situações bastante calamitosas tanto no que tange a organização do trabalho escolar, quanto no âmbito das políticas públicas. Assim, vale precisar que a cada vez que cresce o número de conflitos escolares, mais os estudos alertam em demonstrar que a preocupação não está somente nas relações interpessoais que ocorrem nos espaços escolares, mas atentam para a necessidade de se pensar no social, no contexto econômico de classes, nas crises institucionais que podem interferir bruscamente nas situações corriqueiras do dia a dia na escola.

Considerações finais

A dimensão que vem ganhando o debate sobre os conflitos de violência na escola propicia discussões que atingem outros fatores na escola, como no caso do presente estudo, a autoridade pedagógica, seja esta do professor ou do diretor. O que se põe em cheque são os valores morais indispensáveis ao processo de ensino e aprendizagem, com a conseqüente implicação disso no rendimento do trabalho pedagógico e no desenvolvimento intelectual e cívico dos alunos. A violência na escola – desrespeito, agressão, bem como as mais sutis, a exemplo dos apelidos pejorativos e também dos comportamentos erráticos dos professores (impontualidade, desinteresse, descompromisso pedagógico etc.) – quebra a lógica do trabalho pedagógico e reduz a eficácia social da instituição. Não seria de todo exagerado afirmar que uma escola na qual impera a ausência de regras e a violência mais larvar é uma instituição que não tem razão social para existir; ou melhor, sua razão é tão somente servir de depósito para os “excluídos do interior”, aqueles estão realmente fora do sistema de ensino, embora nominalmente permaneçam em seu interior (cf. BOURDIEU, 1997).

O estudo sistemático do fenômeno da violência nas escolas, sejam quais forem as formas com as quais se revelam, poderia auxiliar os gestores das escolas e do sistema de ensino a introduzirem as modificações necessárias capazes quer de solucionar o problema quer de atenuá-lo. O que não se pode conceber é a crônica e persistente manutenção de formas de comportamento não adequadas ao convívio social no interior de uma instituição de ensino, identificável tanto nas análises dos especialistas quanto nas notícias de jornais. Isso, como já mencionado, compromete a função social da escola.

Quando se discute temas tão complexos e relevantes, é necessário, sobretudo, que se esteja disposto a romper com determinados conceitos, para que, assim, se possa constituir outros que contribuam de forma significativa com a ação e com a atuação escolar, principalmente no que se refere ao profissionalismo docente. Esta temática tão discutida e, por vezes, confundida em seus devidos termos, como é o caso da violência escolar / violência na escola e autoridade e autoritarismo pedagógico, não deve estar presente em discursos meramente retóricos, mas em estudos que levem seus leitores a suscitar e interpretar questões para que seus conflitos, suas inquietações se deem de modo constitutivo, no que concerne o processo da própria formação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Júlio Groppa. **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1999.
- ARAÚJO, Ullisses F. Respeito e autoridade na escola In: AQUINO, Júlio Groppa. **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1999.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**. UNESCO, 2002.
- BOURDIEU, Pierre (dir.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CANÁRIO, Rui. **A Escola tem futuro? Das promessas às incertezas**. Porto Alegre, 2006.
- DERBABEUX, Éric. Blaya, Catherine (Orgs.). **Violência nas Escolas: dez abordagens europeias**. UNESCO, 2002.

GIGLIO, Celia M. Benedicto. A violência escolar e o lugar da autoridade: encontrando soluções partilhadas In: AQUINO, Júlio Groppa. **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1999.

MACHADO, Nilson J. **Cidadania e educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança**. 4. ed. Summus, 1994.

SPOSITO, Marília Pontes. **A Instituição Escolar e a Violência**. USP, 1994.

STELAMARES, **Violência na escola: desafio a prática docente?** UNICAMP, 2010

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino et al. **Um panorama geral da violência na escola**. UNICAMP, 2010.